

AS ABORDAGENS DO OBJETO NA EVOLUÇÃO DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA¹

Adriano Rodrigues de Oliveira²
arogeo@gmail.com

Gleison Moreira Leal³
gleisonleal@hotmail.com

Resumo: No presente ensaio, realizou-se a abordagem do objeto como uma categoria de análise científica. Para tanto, apresentou-se os diferentes significados do objeto na filosofia e na ciência. No pensamento filosófico, efetuou-se uma contextualização dos graus de conhecimento que se pode ter do objeto na perspectiva do senso comum e da filosofia. No âmbito do conhecimento científico, empreendeu-se a discussão do objeto na ciência geográfica desde a sua institucionalização acadêmica no século XIX até o final do século XX.

Palavras-chave: Objeto. Pensamento Filosófico. Conhecimento Científico. Ciência e Geografia.

APPROACHES TOWARD THE OBJECT IN THE EVOLUTION OF GEOGRAPHY AS A SCIENCE

Abstract: In the present article, an approach of the object was accomplished as category of scientific analysis. For so much, the different meanings of the object were presented in the philosophy and in the science. In the philosophical thought, it was made a characterization of the knowledge degrees that one can have of the object in the perspective of the common sense and of the philosophy. In the extent of the scientific knowledge, a discussion of the object was accomplished in the geographical science from yours academic creation in the century XIX until the end of the century XX.

Key-Words: Object. Philosophical Thought. Scientific Knowledge. Science and Geography.

Introdução

No presente ensaio, buscou-se efetuar algumas reflexões acerca do objeto, enquanto categoria de análise científica da realidade. Desta forma, efetuou-se a contextualização do tema, abrangendo diferentes perspectivas, dando ênfase ao caráter filosófico e ao caráter científico.

¹ Trabalho Final apresentado à Disciplina Metodologia Científica em Geografia, ministrada pelo Prof. Dr. Eliseu Savério Sposito, docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP de Presidente Prudente-SP.

² Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP, Campus de Presidente Prudente. Bolsista DR-FAPESP (06/58097-6).

³ Mestre em Geografia pela FCT/UNESP, Campus de Presidente Prudente. Professor da UNIESP, Unidade de Presidente Prudente-SP.

No âmbito científico, enfatizou-se a análise do objeto na evolução do pensamento da ciência geográfica.

O trabalho foi estruturado em cinco itens, além da presente introdução e das considerações finais. No primeiro item, abordou-se a distinção entre coisas e objetos, por meio de uma breve conceituação filosófica e científica. No segundo item, buscou-se conceituar a relevância do objeto no contexto dos trabalhos científicos. No terceiro item, realizou-se sinteticamente a diferenciação entre os graus de conhecimento (senso comum, científico e filosófico), relacionando-os ao objeto. No quarto item, empreendeu-se a discussão do objeto no contexto da institucionalização da geografia enquanto ciência social no século XIX. E no quinto item, apresentou-se como o objeto foi sendo entendido nos diferentes paradigmas do pensamento geográfico.

Coisas ou objetos?

Antes do advento da ciência moderna o homem adquiriu diversos tipos de conhecimentos, os quais estavam voltados para satisfazer as necessidades de se viver em sociedade. Com o desenvolvimento da sociedade moderna o conhecimento adquire novos elementos pautados em experimentos, em leis, distinguindo-os do senso comum. A necessidade de solucionar e buscar as causas dos problemas mais freqüentes nas sociedades vem se tornando os elementos mais importantes nos diversos ramos do conhecimento. Dessa forma, cada ciência possui um objeto que é resultante de experimentos, pesquisas, estudos que representam os interesses da sociedade bem como do próprio pesquisador e/ou cientista.

A ciência moderna começa a ser instituída numa estrutura de sociedade gestada no pelas transformações inerentes ao Renascimento do século XVI, e consolidada nos séculos XVIII e XIX. Segundo Gonçalves (1989, p. 37), a ciência moderna se configura em torno de três eixos: a oposição homem-natureza, a oposição entre sujeito e objeto e o paradigma atomístico-individualista.

A oposição homem-natureza se caracteriza no pensamento ocidental quando o homem encontra-se de um lado e a natureza do outro. Os modelos de estruturação dos cursos das universidades também apresentam dicotomias, ou seja, ciências da natureza e ciências humanas. Na geografia existem dicotomias entre Geografia Física e Geografia Humana. Já a relação entre o sujeito e o objeto

pressupõe uma relação de diálogo permanente que resulta na produção de um conhecimento.

O paradigma atomístico individualista é caracterizado pela ação do indivíduo como unidade de referência que transforma a natureza de acordo com os interesses.

Portanto, existem diferentes concepções do objeto. Milton Santos (1997, p. 53) associou o estudo dos objetos às dinâmicas do espaço que está constituído por um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações. Neste ínterim, apresenta as seguintes formulações a respeito dos objetos: i) *objetos naturais* - rochas, rios, lagos, montanhas ii) *objetos artificiais*: faca, estrada, carro, lenço, etc. Deste modo, destaca que o espaço é um sistema de objetos cada vez mais artificializado.

Por sua vez, os sistemas de objetos (naturais, artificiais) se relacionam aos fixos e por isso devem ser distinguidos de coisas que são produtos de elaborações naturais (obras de Deus). Os objetos vêm tomando lugar das coisas em função dos interesses econômicos baseados nas pesquisas, novos experimentos tecnológicos e demais inovações apresentadas por Santos (1994, 1997), como integrantes do meio técnico-científico e informacional.

Assim, os objetos tomam lugar das coisas, ao passo que no princípio tudo eram coisas enquanto hoje tudo tende a ser objetos, já que as próprias coisas, dádivas da natureza, quando utilizadas pelos homens tornam-se objetos, onde a natureza se transforma num verdadeiro sistema de objetos. A difusão dos objetos neste século ocorre numa escala global ligada a lei da imitação. Por isso, a criação de objetos responde a condições sociais e técnicas presentes num dado momento histórico sendo aceitas ou não em breve espaço de tempo. Em cada época criam-se novos modelos de objetos, mas sua utilização não é generalizada, ocorrendo apenas nos centros mais desenvolvidos.

As classificações à respeito do objeto são numerosas, mas a partir da compreensão dos objetos na paisagem, no espaço existem relações entre os lugares, cujas características inclui desde a produção de mercadorias a produção simbólica, científica.

Por sua vez, Brugger (1969) mostra que o objeto evoca essencialmente uma relação a alguém, em face de quem o objeto se encontra. O objeto em sentido lato é tudo aquilo que se dirige o ato consciente de um sujeito ou tudo aquilo a que

uma faculdade ou atitude psíquica duradoura ou hábito, ou também uma ciência pode dirigir-se ou seja, o fim do ato enquanto tal. A filosofia escolástica distingue o *objeto material*, ou seja, o ente concreto total a que se dirige o sujeito, e o *objeto formal*, ou seja, a característica peculiar, o aspecto especial que neste todo se considera, ou sob a qual este todo é considerado.

Em sentido restrito, objeto é aquilo que está diante do sujeito com independência deste e ao qual este se deve moldar. Desse modo, o objeto faz-se presente nas diversas ciências, dentre elas a Geografia.

Neste caso, os objetos são genéricos e dada sua amplitude são desenvolvidos os temas nas diferentes ciências, dentre elas a Geografia, cujos temas de estudos podem ser um rio, um lago, uma cidade, uma estrada. Esses temas são analisados tanto pela Geografia Humana como pela Geografia Física, por meio de um processo dinâmico, isto é da forma como foram produzidas suas principais mudanças ao longo do tempo. Por isso, o enfoque geográfico supõe a existência dos objetos como sistemas, porque o seu estudo depende das características de períodos anteriores.

Nos estudos geográficos, há objetos que identificam as principais relações entre a fase do modo de produção capitalista do século XIX, com as mudanças ocorridas no espaço global atual. Estes objetos têm como base a pesquisa científica; são técnicos por sua estrutura interna; são informacionais porque desenvolvem atividades precisas estando associados às informações do capital hegemônico.

É importante ressaltar, a diferença entre o objeto que constitui a matéria de uma ciência e também o objeto enquanto coisa material (computador, automóvel). Atualmente os objetos exercem funções predeterminadas mediante uma intencionalidade científica e tecnicamente produzida devido aos progressos recentes da ciência e da tecnologia. Desde o surgimento da história humana, o homem criava objetos principalmente de trabalho, o que lhe dava certo grau de liberdade e fantasia em seu uso. Com a intensidade das trocas e da própria necessidade de sobrevivência as técnicas incorporaram novas funções para os objetos, dotando-os de qualidades operacionais.

Portanto, buscou-se apresentar alguns elementos acerca da constituição do objeto, pois diante de um mesmo objeto podem ser atribuídas diferentes análises num processo social dinâmico onde os objetos presentes numa dada ciência

também se relacionam com outros eixos de estudos, caracterizando o trabalho científico.

O objeto no contexto do trabalho científico

Dotado necessariamente de um sujeito e de um objeto, o tema de pesquisa na Geografia torna-se relevante quando ocorre a sua delimitação espacial para a realização do trabalho. O tema é o assunto que se deseja provar ou desenvolver, é uma dificuldade sem solução que porventura será seguida por uma análise, por uma avaliação crítica. Para isto, há fatores internos e externos na escolha do tema de pesquisa; um dos fatores internos mais importantes é descobrir um objeto que mereça ser investigado cientificamente e que tenha condições de ser formulado em função da pesquisa; como fatores externos, está a disponibilidade de tempo a ser determinado no cronograma de atividades para realizar a pesquisa.

Segundo Lakatos; Marconi (1986, p. 104-5), a determinação do objeto da pesquisa engloba: problema, hipótese básica, hipóteses secundárias e as variáveis.

O problema prende-se ao tema proposto e por intermédio da pesquisa as dificuldades são esclarecidas. O problema deve ser analisado a partir de perguntas, correspondendo a metodologia, ao conteúdo, por isso é necessário determinar variáveis para a investigação sistemática e crítica. A hipótese básica é um dos pontos básicos na delimitação do tema, sendo necessário uma resposta provável, suposta e provisória. A principal resposta é denominada hipótese básica que podem ser complementadas por outras, sendo então as hipóteses secundárias. As hipóteses secundárias englobam aspectos e detalhes, não especificados nas hipóteses básicas e ao mesmo tempo apontam outras relações possíveis de serem encontradas.

A hipótese é caracterizada pelo menos por duas variáveis, que apresentam valores como quantidades, qualidades, magnitudes, etc. A variável compreende uma classificação, uma medida, uma quantidade que varia, um conceito, uma propriedade de um objeto de estudo e pode ser mensurável. As principais relações entre as variáveis são: simétricas em que nenhuma das variáveis exerce influência sobre a outra; recíproca onde uma variável exerce efeito e causa sobre a outra e, assimétrica onde uma variável dependente exerce efeito sobre uma variável independente, principalmente no desenvolvimento e na formulação de novos conhecimentos para interpretar a realidade.

Dos graus de conhecimento aos objetos científicos

De acordo com Bazarian (s/d), para a aproximação da verdade existem de um modo geral três graus de conhecimento: vulgar, científico e filosófico. O conhecimento vulgar é o conhecimento cotidiano, casual, artificial. É o saber do homem comum que se limita às noções superficiais sobre as coisas e sobre os fenômenos. É um conhecimento vago que constata os fatos sem explicá-los cientificamente pelas suas causas reais e naturais. Nessa categoria do conhecimento pertencem muitos conhecimentos falsos, superstições e crendices, etc.

O conhecimento científico consiste no conhecimento causal dos fatos, dos fenômenos por meio de provas e experimentos. A ciência é um sistema de conhecimentos metódicos sobre a natureza, sobre a sociedade, cujo objetivo é estudar as causas reais dos fenômenos e descobrir as leis objetivas pelas quais se regem. Por outro lado, o conhecimento filosófico possui mais profundidade, mais universalidade unificando assim as demais ciências, ou seja, para o conhecimento ser mais profundo é necessário que a filosofia esteja fundamentada em conhecimentos cientificamente comprovados.

A unidade de cada ciência baseia-se na unidade de seu objeto. A doutrina escolástica sobre a ciência distingue o *objeto material*, ou seja, o objeto integral concreto a que se dirige a ciência e *objeto formal*, ou seja, o aspecto peculiar sob o qual o todo é considerado; o que caracteriza cada ciência é seu objeto formal, ao passo que o mesmo objeto material pode ser comum a várias ciências. O desdobramento dos objetos do saber levou a uma progressiva *especialização* das ciências, com o subsequente risco de restringir a visão a um reduzido domínio técnico e de se perder de vista as grandes conexões da totalidade do ser, conforme ressalta Brugger (1969).

Deste modo, a base do conhecimento humano começa com a Filosofia e com o passar dos tempos foram se configurando as ciências. As ciências não estão isoladas, por isso constituem segmentos, setores, interdependentes que apresentam sob diferentes aspectos.

Todos os conhecimentos humanos são interdependentes, formando assim, simbolicamente uma árvore – a árvore do conhecimento humano. O tronco dessa árvore é a filosofia e suas diferentes ramificações.

Com o desenvolvimento da técnica e com a aplicação dos métodos científicos nos estudos de diferentes fenômenos, várias disciplinas que faziam parte da filosofia foram paulatinamente se destacando e tornando-se ciências autônomas sobre determinado aspecto da realidade. No quadro 1, apresenta-se em ordem cronológica o surgimento de algumas ciências específicas e seus principais precursores.

Quadro 1 – Surgimento de Algumas Ciências e seus Principais Precursores

CIÊNCIAS	SURGIMENTO	PRECURSORES
Matemática	Século III a.C	Euclides
Astronomia	Século XVI	Copérnico
Física	Século XVII	Galileu
Química	Século XVIII	Lavoisier
Biologia	Século XIX	C. Bernard e G. Mendel
Antropologia	Século XIX	Lamarck, Darwin
Psicologia	Século XIX	Wundt, Fetchner, Freud
Sociologia	Século XIX	Comte, Durkheim, Marx, Engels
Geografia	Século XIX	Kant, Humboldt, Ritter, Ratzel

Fonte: Bazarian s/d.

O surgimento dessas ciências possibilitou a formação de novos conhecimentos para a análise da realidade, abordando desde as leis matemáticas, ao comportamento e a organização dos seres humanos nas sociedades.

Dentre as ciências mencionadas no quadro 1, será priorizada a ciência geográfica tal como é institucionalizada na Alemanha a partir de 1750. A partir dali, a disciplina se expandiu por todo o mundo por meio da escola anglo-saxônica, da escola sueca, da escola alemã, em consonância com os interesses do desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Dessa forma, o conhecimento surgiu da necessidade prática contextualizada na produção, na busca de diferentes técnicas e ciências. A necessidade de medir a superfície terrestre e o produto do trabalho do homem faz surgir as ciências matemáticas; da necessidade de construir pontes, casas, máquinas, ferramentas nasceram as ciências naturais e técnicas; da necessidade de garantir a saúde, combater epidemias, doenças físicas e psíquicas nasceram as

ciências biológicas, psicológicas e médicas; da necessidade de garantir a vida social nasceram as ciências sociais (ciências econômicas, jurídicas, políticas, sociais); da necessidade de compreender a origem e o destino nasceram as ciências antropológicas e filosóficas; e da necessidade de saber como se deve agir de modo mais adequado surgiram as ciências morais, religiosas.

As ciências e os conhecimentos representam uma relação entre o sujeito cognoscente (nossa mente, nossa consciência) e o objeto conhecido (os fatos, fenômenos da realidade exterior). O conhecimento pode ser distinguido em conhecimento vulgar, científico e filosófico.

Segundo Bazarian (s/d), a matéria do conhecimento vem do objeto e é dada pela experiência. Para Kant, o conhecimento não é a conformidade da imagem ou idéia com a coisa, nem o reflexo do objeto na consciência do sujeito cognoscente, mas uma criação ou construção do objeto pelo sujeito.

O conhecimento da realidade apresenta-se relacionado ao objeto e as leis da ciência são relativas ao homem. Assim, os conceitos, as leis científicas são formuladas da relação dos objetos, dos fenômenos por meio da análise, da síntese, da abstração e da generalização dos fatos.

Ainda de acordo com Bazarian (s/d), tanto, as propriedades quantitativas (forma, volume, movimento) como as propriedades qualitativas (cor, som, odor, calor, sabor) pertencem ao objeto e não ao sujeito. Essas propriedades representam reações de nossa consciência aos estímulos e as ações externas, provindas de coisas, que incidem nos órgãos dos sentidos, produzindo sensações, percepções e imagens.

Os conhecimentos que se encontram na consciência do sujeito em forma de sensações, percepções, representações, noções, conceitos, categorias e leis científicas, refletem aos objetos as relações existentes entre eles.

O conhecimento é a relação entre o sujeito e o objeto conhecido também como o reflexo subjetivo (na consciência do sujeito cognoscente) dessas propriedades objetivas (do objeto exterior consciência).

Observando atentamente o mundo que nos rodeia, podemos constatar objetos, fatos, fenômenos que estão caracterizados em duas categorias gerais e abstratas: o ser e o pensamento. O ser denomina as coisas materiais: a matéria, a natureza, o mundo exterior e todos os objetos que existem fora do pensamento. O pensamento designa a consciência do sujeito, a mente, o espírito, isto é

conhecimentos sensíveis e racionais tais como sensações, percepções, sentimentos, etc.

Portanto, o pensamento, a consciência do sujeito, cria a idéia ou a imagem da coisa, mas não as próprias coisas materiais sendo elaborada na relação com o objeto.

O objeto na Geografia

O debate acerca do objeto da Geografia remonta a sua institucionalização no século XIX. Antes de resgatar as diferentes concepções do objeto na Geografia, é fundamental enfatizar que não se pode confundir a Geografia com o conhecimento geográfico, tendo em vista que este último não se prende às formas acadêmicas instituídas no final do século XIX. É preciso ter em mente que o conhecimento geográfico está presente em qualquer civilização, desde os tempos mais remotos. Possuir o conhecimento geográfico, significa conhecer o espaço circundante e produzir interpretações a partir das mais simples experiências, conforme salienta Lencioni (1999).

A busca de definição de um objeto específico à Geografia tem sido foco de debates de diversos autores, sendo que alguns legitimam a necessidade de delimitação de um objeto à ciência ao passo que outros repugnam tais delimitações enquadrando-as como abordagens positivistas ou neopositivistas no âmbito das ciências humanas. Marilena Chauí (2000), ao discutir o surgimento das ciências, ressalta que toda e qualquer ciência é humana, por resultar da atividade humana de exercitar o conhecimento. Assim, a expressão ciências humanas refere-se àquelas que têm o próprio ser humano como objeto de estudo. Neste sentido, a autora aponta as diversas dificuldades existentes em delimitar o ser humano como objeto de estudo, tendo em vista que este foi considerado um objeto científico muito recentemente, surgido apenas no século XIX. Até então, tudo que se referia ao ser humano era estudado pela Filosofia.

Assim, por terem surgido depois que as ciências matemáticas e naturais estavam constituídas, as ciências humanas acabaram sendo levadas a copiar o que àquelas ciências haviam estabelecido como método, tratando o homem como uma coisa natural matematizável e experimentável. Deste modo, para adquirir respeitabilidade científica, as disciplinas concebidas como ciências humanas,

procuraram estudar o seu objeto por meio de métodos e técnicas utilizados nas ciências da Natureza, fortemente influenciados pelo Positivismo de Augusto Comte.

Ainda conforme Chauí (2000), a constituição das ciências humanas como ciências específicas veio a se consolidar somente a partir das contribuições de três correntes de pensamento que, entre os anos 1920 a 1950, provocaram uma ruptura epistemológica e uma revolução científica no campo das humanidades, quais sejam: a fenomenologia, o estruturalismo e o marxismo, sendo que:

[...] a fenomenologia permitiu a definição e delimitação dos objetos das ciências humanas; o estruturalismo permitiu uma metodologia que chega às leis dos fatos humanos, sem que seja necessário imitar ou copiar os procedimentos das ciências naturais; o marxismo permitiu compreender que os fatos humanos são historicamente determinados e que a historicidade, longe de impedir que sejam conhecidos, garante a interpretação racional deles e o conhecimento de suas leis. (CHAUÍ, 2000, p. 275).

Especificamente no âmbito da ciência geográfica, Moraes (1981 e 1989), defende que esta veio a se objetivar no movimento de constituição do modo de produção capitalista, tendo em vista que o seu pressuposto fundamental era o conhecimento efetivo de todo o planeta. Em sua concepção, a consolidação da Geografia como uma ciência particular e autônoma, fora um desdobramento das transformações operadas na vida social, pela emergência do modo de produção capitalista, sendo a ciência geográfica um instrumento da etapa final do processo de consolidação do capitalismo em determinados países europeus. Assim, tornava-se necessário a busca de uma explicação racional do mundo identificando as relações entre os fenômenos em detrimento das explicações de fundo teológico.

Conforme Moraes (1981), os pressupostos históricos e as fontes da sistematização geográfica ocorreram no período de transição, na “fase histórica” da burguesia, em que esta classe agia e pensava no sentido de transformar a ordem social existente. Por outro lado, a sistematização geográfica, em si mesma, ocorria já num momento de pleno domínio das relações capitalistas em que a burguesia já havia se consolidado no controle dos Estados.

Neste contexto, alguns autores como Moraes (1981) e Moreira (1981) abordam o período de sistematização da disciplina geográfica durante o século XIX e as primeiras décadas do século XX, como a fase da Geografia Tradicional, em que estiveram presentes no cenário acadêmico, os debates entre o determinismo alemão e o possibilismo francês, notadamente influenciados pelo positivismo de Comte.

Por outro lado, Oliveira (1999) enfatiza que a análise da institucionalização da geografia moderna no século XIX, não deve ser restringida apenas à influência do positivismo sendo que tanto a Geografia como as demais ciências humanas, tiveram a sua gênese fortemente marcada pelo debate filosófico de três correntes filosóficas de pensamento: positivismo, historicismo e a dialética.

Deste modo, deve-se salientar que a gênese da geografia moderna requer uma contextualização do debate filosófico ocorrido no século XIX. Sob esta ótica é possível realizar-se uma melhor apreensão de como esta disciplina foi caracterizando e delimitando o seu objeto de estudo.

A abordagem do objeto nos principais paradigmas do pensamento geográfico

Para se efetuar uma abordagem histórica de como o objeto de estudo da geografia foi sendo delimitado, realizar-se-á uma breve exposição de como este foi apreendido sob os seus principais paradigmas: o determinismo ambiental, o possibilismo, a nova geografia, a geografia crítica e a geografia humanista/cultural.

Em sua fase de institucionalização, a Geografia teve como seus principais intelectuais, os prussianos Alexandre Humboldt e Karl Ritter, responsáveis pelo que se convencionou chamar de Geografia Tradicional. Humboldt entendia a Geografia como uma espécie de síntese de todos os conhecimentos relativos a Terra. Assim, entendia o objeto geográfico como “[...] a contemplação da universalidade das coisas, de tudo que coexiste no espaço concernente a substâncias e forças, da simultaneidade dos seres materiais que coexistem na Terra” (MORAES, 1981, p. 47-8). Por outro lado, Ritter, fortemente influenciado por uma perspectiva religiosa, via a ciência como uma forma relação entre o homem e o “criador”, e deste modo, caberia à Geografia explicar a “individualidade dos lugares”, espaço onde o homem se relacionava com a “totalidade divina”.

O debate ocorrido entre o determinismo ambiental alemão e o possibilismo francês, ambos compreendidos na fase da Geografia Tradicional, deve-se sobretudo ao papel exercido por dois intelectuais oriundos destes dois países – Friedrich Ratzel e Paul Vidal de La Blache – ambos legitimando intelectualmente os interesses de seus países de origem. Em suas elaborações teóricas Ratzel definiu o *objeto geográfico* como o estudo da influência que as condições naturais exercem sobre a humanidade, enfatizando a importância que o território representa para as

condições de trabalho e existência de uma sociedade. Sendo assim, elaborou o conceito de *espaço vital*, no intuito de afirmar que a perda de um determinado território seria a maior prova de decadência de uma sociedade. Em contraponto, La Blache define o *objeto geográfico*, como a relação homem-natureza, na perspectiva analítica da paisagem, colocando o homem como um ser ativo, que apesar de sofrer a influência do meio, transforma-o por meio de seu trabalho.

Grosso modo, pode-se afirmar que durante a Geografia Tradicional, os diversos intelectuais privilegiaram os conceitos de paisagem e região e a partir deles foram realizando a discussão de qual seria o objeto da ciência geográfica, conforme evidencia Corrêa (1995). Desde a década de 1950, com o surgimento da chamada geografia teórica-quantitativa ou nova geografia, ocorreram profundas transformações e o centro dos debates passou a ser a utilização de métodos e técnicas estatísticas e matemáticas para sua legitimação enquanto ciência.

Ian Burton escreve em 1963 que a “revolução quantitativa torna a geografia uma disciplina respeitável”, conforme ressalta Santos (1978). A partir da utilização de métodos de mensuração o espaço aparece pela primeira vez como um conceito-chave da disciplina e um possível objeto de estudo para a geografia. Contudo, a grande crítica que pode ser empreendida a esta abordagem do espaço é que ela desprezava totalmente a existência do tempo como um importante elemento de acumulação das transformações no espaço. Nas palavras de Santos (1978), neste período “[...] trabalha-se com **resultados**, mas os **processos** são omitidos, o que equivale a dizer que os resultados podem ser objeto não propriamente de interpretação, mas de mistificação.” (p. 53, grifos do autor).

Neste íterim pode-se inferir que os debates da geografia quantitativa estiveram preocupados em conferir legitimidade e autenticidade científica, incorrendo no mesmo equívoco do final do século XIX, em que as ciências humanas buscaram nas Ciências da Natureza, modelos já prontos para as suas “análises científicas”.

No início da década de 1970, houve no cenário mundial a gênese da geografia crítica fundamentada no materialismo histórico e na dialética. Trata-se de uma “revolução” visando romper com os “resquícios” da geografia tradicional e com a geografia teórico-quantitativa. No âmbito dos debates, o espaço aparece novamente como um conceito-chave. Assim, debate-se “[...] se na obra de Marx o espaço está presente ou ausente e [...] qual a natureza e o significado de espaço. A

identificação das categorias de análise do espaço é outra preocupação dos geógrafos críticos”. (CORRÊA, 1995, p. 23).

Sob esta perspectiva, o espaço passa a ser entendido como o objeto da geografia, na medida em que é analisado à luz da história, ou seja, a partir de sua “historicidade”, para usar as palavras de Santos (1978). O espaço passa a ser entendido como o *locus* das relações sociais de produção (LEFEBVRE *apud* CORRÊA, 1995).

É importante enfatizar que ainda na década de 1970, surge ainda o debate acerca da geografia humanista, posteriormente acompanhada pelos debates da geografia cultural. Uma característica básica da geografia humanista é a sua fundamentação nas filosofias do significado, principalmente na fenomenologia e no existencialismo, apresentando diversas críticas à geografia de cunho lógico positivista conforme aponta Corrêa (1995).

Contraopondo-se a geografia teórico-quantitativa e à geografia crítica, a geografia humanista está fundamentada na subjetividade, na intuição, nos sentimentos, na experiência, no simbolismo e na contingência, privilegiando o singular e pautando-se na compreensão como base da inteligibilidade do mundo real. Sob esta perspectiva, a paisagem torna-se um conceito revalorizado, assim como a região e o território. Contudo, o conceito-chave mais relevante passa a ser o lugar, sendo este colocado como o objeto da geografia.

Grosso modo, pode-se dizer que a geografia, enquanto ciência social tem como objeto de estudo a sociedade que é objetivada via conceitos-chave que se inter-relacionam e se referem à ação humana transformando a superfície terrestre, quais sejam: paisagem, região, espaço, lugar e território, conforme ressalta Corrêa (1995). Estes conceitos foram sendo utilizados e delimitados como objeto da geografia a partir do desenvolvimento dos diferentes paradigmas da geografia.

À guisa de conclusão: a constante busca do objeto geográfico

Conforme se evidenciou, a busca pelo o objeto da Geografia sempre esteve no centro dos debates da evolução de seu pensamento. Essa constante busca de delimitação do objeto se deve, sobretudo, a aspiração de garantir a sua cientificidade e autonomia enquanto ciência social. Nesta perspectiva, alguns autores refutam a idéia de cada ciência tenha o seu objeto delimitado, tendo em

vista que isso pode segmentá-las ao passo de aproximá-las do positivismo praticado no século XIX.

Em contraponto, outros intelectuais defendem a delimitação de um objeto para a Geografia, tendo em vista que é a partir dele que se poderá abranger com maior eficácia a complexidade da sociedade contemporânea.

Neste sentido tomar-se-á como referência as contribuições teóricas de dois intelectuais da Geografia brasileira, que compartilham com a necessidade de delimitação de um objeto para a Geografia, apesar de abordá-lo distintamente: Milton Santos e Roberto Lobato Corrêa.

Para Milton Santos (1978 e 1994), o objeto de estudo da Geografia é o espaço. Sob esta ótica, o grande desafio da ciência geográfica e conseqüentemente do geógrafo é a utilização das categorias de análise específicas capazes de explicar o movimento da sociedade na (re)produção do espaço geográfico. Assim, a análise do espaço deve ser efetuada partir do entendimento da relação sistêmica entre natureza e sociedade mediatizada pelo trabalho:

O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento [...] O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento. (SANTOS, 1994, p. 27).

Uma vez identificado o espaço como objeto da Geografia, o autor supra citado enfatiza que a sua interpretação depende de como se faz anteriormente a correta definição de suas categorias analíticas, sem as quais seria impossível desmembrar o todo por meio de um processo de análise, para se poder reconstruí-lo posteriormente por meio de um processo de síntese.

Em contraponto Roberto Lobato Corrêa (1995 e 1998), define a sociedade como objeto da Geografia, tendo em vista que tanto a Geografia, como a História, Antropologia, Sociologia, entre outras ciências sociais, estudam a sociedade. Considerando a realidade complexa e multifacetada da sociedade contemporânea, o autor enfatiza a dificuldade de sua compreensão a partir de uma única ciência social. Assim, dada à dificuldade de se estudar a totalidade social em sua abrangência, verifica-se uma divisão do saber originando diferentes ramos, sem entretanto haver

uma compartimentação positivista, onde cada ciência tem o seu próprio objeto. Deste modo, “[...] o objeto da geografia é a sociedade, e não a paisagem, a região, o espaço ou outra coisa qualquer”. (CORRÊA, 1998, p. 52).

Na medida em que o autor define que a objetivação do estudo da sociedade pela Geografia se realiza por meio de sua organização espacial, é abrangida a dimensão da totalidade social construída pelo homem ao fazer a sua própria história. “A organização espacial é própria sociedade espacializada”. (CORRÊA, 1998, p. 53).

Enfim, apesar de não haver concordância acerca do objeto da Geografia, um dos grandes avanços ocorridos recentemente, consiste na necessidade de discutir o objeto da ciência e não simplesmente a sua existência e autenticidade científica. O mais relevante desta questão é manter a coerência do debate de acordo com a postura filosófica que se pretende desenvolver o conhecimento científico.

REFERÊNCIAS

- BAZARIAN, J. **O problema da verdade**. São Paulo: Circulo do Livro, (s/d).
- BRUGGER, W. **Dicionário de filosofia**. Trad. Antonio Pinto de Carvalho. 2.ed. São Paulo: HERDER, 1969.
- CASTRO, I. E. de.; GOMES, P. C da C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. 12 ed. São Paulo: Ática, 2000.
- CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1998.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia do trabalho científico**. 4. ed. revista e ampliada. São Paulo: Atlas, 1986.
- LENCIONI, S. **Região e geografia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica**. 5. ed. São Paulo: HUCITEC, 1986.
- _____. **A gênese da geografia moderna**. São Paulo: HUCITEC, 1989.
- MOREIRA, R. **O que é geografia**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- OLIVEIRA, A. U. de. A Geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (Org). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. (Caminhos da Geografia).
- SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. São Paulo: HUCITEC, 1978.
- _____. **Metamorfoses do espaço habitado**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- _____. **A natureza do espaço**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

Recebido para publicação em fevereiro de 2008

Aceito para publicação em maio de 2008